

Ano III • nº 9 • Agosto 2019



Informativo da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil - AMIG



AMIG conquista vitória histórica para municípios afetados pela mineração

Pág.10

Exaustão mineral mobiliza municípios e empresas na busca por novos rumos

EXPEDIENTE

DIRETORIA

Presidente:

Vitor Penido Prefeito de Nova Lima

Vice-presidente:

Ronaldo Lage Magalhães Prefeito de Itabira

Diretor financeiro:

Antônio Carlos Noronha Bicalho Prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo

Diretor administrativo:

Leris Felisberto Braga Prefeito de Santa Bárbara

Diretor de meio ambiente:

José Fernando Aparecido de Oliveira Prefeito de Conceição do Mato Dentro

Conselheiros fiscais:

Neider Moreira de Faria Prefeito de Itaúna, Marco Aurélio Rabelo Gomes Prefeito de Pains e Matarazo José da Silva Prefeito de Itatiaiuçu

Suplentes:

Avimar de Melo Barcelos Prefeito de Brumadinho e Olavo Remígio Condé Prefeito de Paracatu

Expediente

Projeto Gráfico e Editorial:

Favorita Comunicação

Redação e Edição:

Isaura Silva - JP 21428 Juscelino Ferreira - JP 5922

Fotos:

Arquivos AMIG, banco de imagens e Com Você Comunicação

Impressão:

Gráfica Formato

Tiragem:

2 mil exemplares

Publicação oficial da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil - AMIG

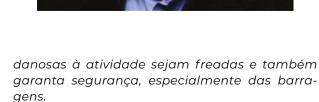
Rua Matias Cardoso, 11/7º andar Santo Agostinho - (31) 3275-3770 www.amig.org.br



- Estudos mostram como a paralisação da mineração traz prejuízos para Minas Gerais
- AMIG lidera conquista marcante para municípios afetados pela mineração
- 12 AMIG em ação
- 15 Campanha: "Por uma nova mineração"
- 16 Exaustão mineral: Novos rumos para todos
- 19 III Encontro Nacional dos Municípios Mineradores
- 20 Diálogos com a Vale garantem direitos e benefícios para municípios mineradores
- 23 Juntos pelo desenvolvimento: municípios associados à AMIG recebem atenção e serviços diferenciados



Rumo à mineração



Uma nova mineração nacional, mais próspera, segura, ética e sustentável é o que a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) defende para o futuro diante dos acontecimentos recentes envolvendo as questões minerárias no Brasil.

O momento é decisivo para uma mobilização de todos os setores envolvidos ou impactados pela mineração. A sociedade, municípios, governos estaduais e governo federal, mineradoras e instituições precisam estar juntos para traçar uma nova história no país. O foco é deixar o discurso vazio de lado, com investimento na promoção do amplo debate e apontando soluções e para questões mais técnicas.

É preciso criar uma ambiência favorável a novos modelos e novos processos de minerar e gerir a atividade. Um país que tem a atividade mineral da grandeza, importância, características e complexidade da nossa, e que, ao mesmo tempo, a relega a segundo plano, não aproveita o bônus do recurso mineral que é da sociedade brasileira, e ainda potencializa seus riscos.

O governo brasileiro tem que agir e fortalecer a Agência Nacional de Mineração (ANM) e liderar com empenho o cumprimento da legislação que rege o setor mineral no país para que a degradação ambiental e a especulação de concessões O cenário de descaso do poder público com a fiscalização permitiu ao empreendedor brasileiro do segmento de mineração desenvolver a atividade seguindo a sua própria interpretação legal, agindo exclusivamente de acordo com os seus próprios interesses. Com isso, exercem uma verdadeira apropriação indébita sobre a ativida-

A mineração brasileira tem que mudar, pois ela faliu em relação às suas políticas públicas de regulação, fiscalização e fomento. Nós precisamos discutir o que está fazendo com que a mineração brasileira não funcione bem. Não adianta ficarmos discutindo só a importância econômica da mineração brasileira e só acidentes.

Somos a favor da mineração e do desenvolvimento econômico e social, com a devida sustentabilidade ambiental e devemos envidar todos os nossos esforços para alcançarmos este ponto de equilíbrio, onde todos saem ganhando.

Vitor Penido

de minerária.

Presidente da AMIG Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil

Caminhos para of futuro

AMIG defende mudanças urgentes no setor minerário e novas políticas de apoio e ações dos governos







Minas Gerais passa por um dos maiores desafios da sua história com dificuldades tanto na esfera política, quanto nas esferas econômica, social e ambiental, o que evidencia a necessidade urgente da presença forte e atuante das instituições governamentais e empresários no apoio à sociedade.

Estas dificuldades também estão evidenciadas no segmento minerário desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, no ano de 2015. A falta de medidas adequadas não impediu um novo evento similar, mesmo diante dos sinais de que os procedimentos e protocolos de responsabilidade das empresas de mineração não seriam os ideais sob a ótica da preservação das vidas humanas, do meio ambiente, da relação econômica e social.

A ineficiência sistêmica foi comprovada logo no início deste ano, quando houve o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Com isso, Minas Gerais se torna o cenário das duas maiores tragédias da história da mineração: Mariana, sob o aspecto ambiental e Brumadinho, com a perda de vidas humanas.

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) reage e revigora sua luta de 30 anos cobrando mudança no comportamento dos governos estadual e federal sobre o segmento. A Associação existe por uma mineração transparente, ética, sustentável e segura.

O presidente da AMIG, prefeito de Nova Lima/MG, Vitor Penido, cobra liderança e protagonismo do governo brasileiro no cumprimento da legislação que rege o setor mineral no país. É preciso que a degradação ambiental e a especulação de concessões danosas à atividade sejam freadas e também que se garanta segurança, especialmente das barragens.

"O pior é que esse cenário permitiu ao empreendedor brasileiro que atua no segmento de mineração desenvolver esta fundamental atividade seguindo a sua própria interpretação legal, agindo exclusivamente de acordo com os seus próprios interesses, exercendo



uma verdadeira apropriação indébita sobre a mineração, já que a liderança desse setor da economia tem que ser obrigatoriamente exercida pelo governo brasileiro", conclui Vitor Penido.

Na visão da AMIG, a mineração brasileira faliu em relação a suas políticas públicas de regulação, fiscalização e fomento. É necessário entender o que está fazendo com que a mineração brasileira não funcione bem. A discussão não deve ser pautada apenas na importância econômica da mineração brasileira e só acidentes.

Para o prefeito Avimar de Melo Barcelos, de Brumadinho/MG, cidade que sofreu perdas irreparáveis sob à ótica de vidas humanas e gravíssimos prejuízos de ordem econômica, social e ambiental: "O município precisa ter autonomia e engajamento sobre as questões do meio ambiente participando dos processos de licença ambiental e também para que não dependam do Estado no repasse de recursos."

Avimar ressalta ainda outra lição para o futuro: "A fiscalização precisa ter participação dos municípios. É importante liberdade para autuar. Além disso, os diálogos e negociações não podem ocorrer apenas em caso de tragédia. É preciso estar mais próximo das mineradoras, para saber dos problemas e também criar políticas de responsabilidade social para que haja uma exploração sustentável e contrapartidas para os municípios", conclui.

Congonhas/MG segue acompanhando a situação da barragem Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e já planejando o futuro. O secretário Municipal de Meio Ambiente, Neylor Aarão, destaca a necessidade da mineração em Minas evoluir; "o Estado precisa definir políticas públicas mais eficientes, capazes de incentivar um novo modelo produtivo e alternativo para reaproveitamento e disposição de rejeitos, criando mecanismos que facilitem e desburocratizem estas práticas, tanto do ponto ambiental quanto fiscal.

É preciso oferecer à empresa a vantagem de minerar em Minas, não somente pelo potencial destes recursos que guardamos, mas também pelos incentivos e parcerias que o poder público é capaz de oferecer. Enquanto Minas se comportar como colônia, as empresas se comportarão como colonizadores, é preciso mudar esta história o quanto antes", conclui o secretário de Congonhas.

A AMIG defende que o caminho para o futuro é mudar a forma de fazer mineração no Brasil, como reforça o consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico, Waldir Salvador: "Ao invés de ficarmos criminalizando acidente ou falar do que pode vir a acontecer, o caminho é mudar a forma de se fazer mineração no Brasil. A mineração não tem que parar, ela tem que evoluir. A AMIG defende que a mineração precisa se preocupar com a diversificação econômica; precisa ser parceira e voltar a se aproximar das comunidades onde ela faz seu trabalho; que ela tem que ser absolutamente segura", conclui o consultor.

O trabalho da AMIG para que haja transparência e ética na mineração foca na prosperidade do segmento na geração de empregos, tributos, além outros benefícios para os municípios, mas, acima de tudo respeitando e valorizando todos que vivem onde esse trabalho é feito.

FALTA DE AÇÕES EFETIVAS EXPÕE O SUCATEAMENTO DA ANM

A reestruturação imediata da Agência Nacional de Mineração (ANM), defendida pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), está fortemente ameaçada com o corte feito recentemente pelo Governo Federal de 50% da verba orçamentária da Agência, reduzindo para R\$ 170 milhões, quantia que inviabiliza o investimento na fiscalização que a atividade precisa.

O orçamento previsto em lei destinado para a Agência em 2019 era de R\$ 340 milhões, correspondente a 7% provenientes da arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), de um total de R\$ 3 bilhões previstos de arrecadação para este ano.

Não restará verba necessária para agência investir em concurso para novos fiscais— talvez sequer para substituir os servidores que se aposentarão, sistemas mais modernos, fiscalização aprimorada, frota, entre outros.

A AMIG apoia o fortalecimento da ANM, e as cobranças para evitar o sucateamento da Agência foram insistentemente feitas em Brasília. Em fevereiro, prefeitos das cidades mineradoras, junto à AMIG, se reuniram com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. A diretoria executiva da AMIG pediu apoio integral do Governo Federal para o pleno restabelecimento do funcionamento da ANM.

Já em abril, uma nova audiência, agora com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tratou dos rumos que a mineração no país irá tomar. Mais uma vez foi cobrada atenção para o fortalecimento da ANM. O presidente da AMIG, Vitor Penido, ressaltou a importância do engajamento do governo: "Queremos formar uma sólida e duradoura parceria e juntos resgatarmos a mineração no país. O governo precisa liderar o segmento da mineração no Brasil", afirmou.

No entanto, os esforços e chamados para o bom senso não impediram que o governo federal cortasse 50% da verba orçamentária da Agencia Nacional de Mineração (ANM). A AMIG continua cobrando incremento da Agência, tendo a certeza absoluta que o que falta é estrutura à ANM, que hoje não tem recursos humanos, recursos materiais, tecnologia e orçamento para cumprir o papel dela, que é regular, fiscalizar e fomentar, ativar a economia mineral brasileira.

Para a Instituição, o Congresso e o Governo Federal precisam respeitar a legislação, pois a não aplicação dos recursos como determina a Constituição poderá deflagrar novos problemas e acidentes.



POLÍTICAS SEM BRILHO

A falta de políticas efetivas que apontem um novo futuro para o setor da mineração preocupa a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG). Os governos federal e estadual tem mostrado pouco empenho na valorização do setor, já o Congresso Nacional não está focado na importância do avanço responsável da mineração.

A possibilidade de possível aumento do valor da CFEM de 3,5% para 10%, mencionada pelo senador Carlos Viana (PSD/MG), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho no Senado, poderá comprometer as pequenas e até as médias mineradoras.

A AMIG espera que o Congresso Nacional reaja a essa possibilidade e que, se houver, de fato, fiscalização, as sonegações irão diminuir consideravelmente, o que é o suficiente para a arrecadação da CFEM aumentar (estima-se hoje que para cada R\$ 1 pago, R\$ 2 são sonegados).

A Associação reconhece que não adianta a criação das inúmeras CPl's, se elas não apontarem um novo futuro para o segmento. Para apurar os acidentes, existem os órgãos competentes, polícia civil, federal e Ministério Público. Criminalizar o acidente é uma necessidade, mas criminalizar a atividade é estupidez. Um possível excesso de CPl's, não prejudica somente a Vale, em decorrência do acidente em Brumadinho, mas também a atividade como um todo. Várias medidas podem ser tomadas sem que se prejudique o segmento.

Na visão da AMIG, a solução para que a mineração seja considerada uma atividade de primeira linha e fiscalizada constantemente não são as CPI's, e sim o investimento do Governo Federal na ANM com aplicação total dos 7% de royalties previstos na constituição, além do valor agregado de taxas e emolumentos respeitar o que a Agência já arrecada. Só assim é possível combater a sonegação, com isso a arrecadação da CFEM vai aumentar e as pequenas mineradoras vão sair da clandestinidade.

Já na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a importância do setor minerário e sua cadeia produtiva para o Estado foram debatidas em recente audiência pública. A AMIG foi representada pelo Consultor de Relações Institucionais, Waldir Salvador. O presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado repórter Rafael Martins (PSD/MG), alerta que a comissão não vai desprezar os desastres e suas consequências, cobrando as responsabilidades.

"A Comissão defende que a mineração não seja bloqueada, mas que seja feita com responsabilidade. Entendemos a grandeza e relevância da mineração para o estado. Mas, com os desastres que aconteceram, nós temos que repensar a atividade minerária. Se não repensarmos a mineração com certeza vai continuar dando errado. Nossa missão é equalizar tudo isso para que tenhamos uma atividade mineraria responsável em Minas Gerais sabendo dessa relevância", enfatizou o deputado Rafael Martins.

Pedras no meio do caminho



Paralisação da mineração traz prejuízos a Minas Gerais, como alertam estudos da AMIG, FIEMG e Cedeplar-UFMG.

O cenário de paralisação no setor da mineração em Minas soa como uma sirene de alerta e estudos da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), da Federação das Indústrias de Minas (FIEMG) e Cedeplar-UFMG, mostram que os problemas afetam grande parcela da sociedade e é um duro golpe no desenvolvimento econômico.

O estudo da AMIG sobre os impactos na economia e na empregabilidade causados pela interrupção das atividades da Vale no estado mostram reflexos que afetam diversos setores da economia local e regional, de forma direta e indireta. O estudo foi desenvolvido pela equipe técnica da AMIG e coordenado pela economista Luciana Mourão.

Segundo a pesquisa, a queda de 40 milhões de toneladas de minério de ferro extraídas ao ano, anunciada pela mineradora, deve afetar a balança comercial em R\$ 7,7 bilhões, sendo que R\$ 237,7 milhões se referem à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e R\$ 26,2 milhões se referem à Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM), cuja finalidade é custear as atividades dos órgãos públicos que atuam junto ao setor de mineração.

Além disso, a estimativa é da perda de 65 mil empregos diretos e indiretos com a paralisação das atividades da mineradora, considerando o efeito multiplicador da cadeia produtiva que envolve prestadores de serviços para a Vale e para os municípios onde atuam.

Ainda de acordo com a AMIG, seguramente os valores de perda das massas salariais afetarão outros setores tais como consumo de comércio e serviços de toda região, acarretando aumento na demanda

de serviços públicos, ocasionando ainda, uma queda acentuada na arrecadação dos tributos tais como ICMS, IPTU, ISS, dentre outros.

Estudos dos impactos AMIG:

Balança Comercial: **R\$ 7,7 bilhões**TFRM: **R\$ 57,4 milhões**CFEM: **R\$ 237,7 milhões**Postos de Trabalho
(diretos e indiretos): **65 mil**

Já o estudo feito pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG aponta que 20 setores da economia em Minas Gerais terão sua produção afetada com a queda da atividade extrativa da Vale em Minas.

No curto prazo, o maior impacto será no setor de máquinas para a extração mineral e a construção, com queda de 1,02%. No longo prazo, o setor que mais vai sofrer será o de armazenamento e serviços auxiliares aos transportes, com queda de 1,19%.

E diante dos efeitos da paralisação das atividades minerarias no estado, o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro pode fechar 2019 com recuo de 4% com a perda de 851 mil empregos. A estimativa está no estudo feita pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

O cenário atual é de queda de 90 milhões de toneladas na produção de minério de ferro no estado. Caso esse nível de paralisação parcial da mineração con-



tinue até o fim de 2019, um dos reflexos é o recuo na projeção de crescimento do PIB mineiro que, no fim de dezembro de 2018 era de 3,3% e, em março deste ano, caiu para 0,8%.

Para o presidente a AMIG, Vitor Penido, a dimensão humana precisa ser levada em conta, principalmente porque grande parte dessas pessoas trabalhou para o crescimento e enriquecimento da Vale durante anos. "Não pode haver a diminuição drástica da atividade minerária nesses territórios, especialmente no período de transição para um modelo de mineração pujante e mais seguro", defende.

Segundo a AMIG, os efeitos concretos da interrupção das atividades da Vale podem instaurar um caos social nas cidades mineradoras e no estado de Minas Gerais. "Nos bastidores dos números do estudo, encontram-se vidas. As cidades mineradoras e toda a região no entorno sofrerão de forma drástica com colapso na arrecadação e, consequentemente, prejuízos na prestação de serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura, além do desemprego.

Sem a mineração ocorreriam outras catástrofes em várias partes do país, principalmente econômicas, fiscais e sociais, afirma o diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Rinaldo Mancin. "É impensável para o Brasil e para Minas Gerais abrir mão da atividade da mineração, uma indústria que representa cerca de 4% do PIB brasileiro e 8% das riquezas geradas em território mineiro. A extração mineral tem hoje um portfólio de quase uma centena de produtos, sendo a principal atividade econômica de muitas regiões distantes dos grandes centros e inviáveis para outros segmentos produtivos. Afinal, não se pode mover uma reserva de minério de um local para outro", acrescenta o diretor.

SEGURANÇA E APOIO PARA AVANÇAR

Para a AMIG, desde que seja comprovada a segurança das barragens das mineradoras, os municípios têm

legitimidade e necessidade de defender a volta da atividade. Em reunião com a Vale e, em nome de todos os municípios associados, o consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico, Waldir Salvador, ressaltou que "os municípios mineradores não querem sobreviver da doação de ninguém. Nós queremos viver do fruto da extração mineral segura nas nossas cidades", enfatiza.

O recente comunicado da Vale de já ter provisionado (reservar para fazer frente a possíveis despesas) US\$ 1,9 bilhão, o equivalente a R\$ 7,4 bilhões para acelerar o descomissionamento de 9 barragens de resíduos no estado de Minas Gerais, como parte de sua resposta ao rompimento da barragem de Brumadinho, chama atenção para reforço na mobilização pelos municípios.

Ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema, foi solicitado que o Estado lidere, junto com a AMIG, um movimento de diálogo institucional para proteger cadeia produtiva e evitar a efetiva paralisação das atividades da Vale, e o caos para a mineração, protegendo empregos e a economia do Estado, inclusive de Belo Horizonte. O pedido foi feito logo no início do ano pela diretoria da AMIG e pelos prefeitos dos municípios mineiros de Nova Lima, Congonhas, Brumadinho, Itabirito, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo.

O presidente da AMIG e prefeito de Nova Lima/MG, Vitor Penido, alerta que "os municípios correm risco de colapso com a interrupção das operações, especialmente, Nova Lima, Brumadinho, Ouro Preto, Congonhas e São Gonçalo do Rio Abaixo". Importante ressaltar que foi dado o alerta de que os reflexos econômicos não se restringem à Vale, mas também a outras mineradoras e fornecedoras de insumos, inclusive com as restrições em relação ao licenciamento ambiental.

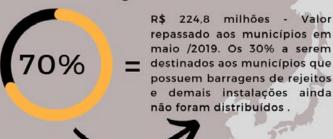
A Vale firmou acordos que preveem aportes financeiros da empresa para o Governo do Estado de Minas Gerais e municípios mineradores. Parte dos acordos visa minimizar perdas de arrecadação do Estado e dos municípios em função da paralisação de unidades produtivas da empresa.

Adicionalmente, a Vale assinou um acordo com a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil AMIG, por meio do qual a empresa fará aportes financeiros no valor total de R\$ 100 milhões, para apoiar as cidades onde operações da empresa foram paralisadas – que, portanto, deixam de arrecadar impostos – a manterem a oferta de serviços essenciais à população.

A medida vai atender 10 municípios de Minas Gerais: Barão de Cocais, Belo Vale, Congonhas, Itabirito, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, Rio Acima, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo. A mineradora tem ainda acordo de repasse de recursos semelhante com o município de Brumadinho, afetado pela paralisação das atividades da mina Córrego do Feijão após o rompimento da barragem B1.

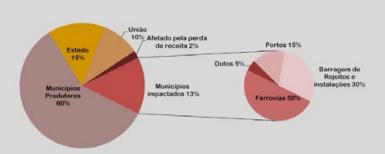
REPASSE AOS MUNICÍPIOS AFETADOS PELA MINERAÇÃO

R\$ 340,1 milhões - valor acumulado referente aos 15% da CFEM dos impactos e gravemente afetados





DISTRIBUIÇÃO DA CFEM



ELABORAÇÃO: Luciana Mourão - Economista da AMIG FONTE: Agência Nacional de Mineração - ANM

Vitória histórica

AMIG lidera conquista marcante para municípios afetados pela mineração

Das inovações trazidas pela Lei 13.540/2017 que alterou, dentre outras coisas a parcela de distribuição da CFEM, foi destinado aos municípios impactados e gravemente afetados pela atividade de mineração, a parcela de 15% da CFEM. Esse dispositivo corrigiu um dos maiores erros históricos que destinava recursos da CFEM apenas a municípios ditos como produtores de minério.

Da parcela de 15% destinada aos municípios impactados e gravemente afetados pela mineração, coube aos municípios não produtores, mas que são impactados pela atividade de mineração (municípios cortados por ferrovias, dutovias, aqueles que possuem operações portuárias de embarque e desembarque de minérios, locais onde se localizem pilhas de estéril, as barragens de rejeitos e as instalações de beneficiamento de substâncias minerais, bem como demais instalações previstas no plano de aproveitamento econômico), a parcela de 13% da CFEM.

Para os municípios que apresentaram perda de arrecadação de CFEM decorrente da edição da Lei 13.540/2017, foi destinado 2% da CFEM como forma de compensação.

No dia 15 de maio, a ANM efetuou o primeiro repasse dos valores que vinham sendo acumulados desde a edição do Decreto 9.407/18 (12 de junho de 2018 até 30 de abril de 2019). O valor total acumulado distribuído aos 26 estados, Distrito Federal e aos 461 municípios foi na ordem R\$ 271 mi. Deste montante, R\$ 224,8 mi foram destinadas às cidades e cerca de R\$ 46,1 mi foram para os estados.

Os valores relativos aos próximos repasses serão apurados mensalmente, de acordo com os critérios definidos pela ANM, conforme decreto 9407/2018.

A vitória inédita, e que marca a história do Brasil, foi conquistada para os municípios afetados com a liderança da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) junto à Agência Nacional de Mineração (ANM).

Um marco que vai beneficiar diversas cidades e se firmou com ações efetivas da AMIG que liderou reuniões decisivas para agilizar a liberação dos recursos retidos desde 2018. Em abril, a AMIG colocou frente a frente técnicos da ANM, prefeitos e representantes dos municípios impactados, tanto de cidades associadas quanto não associadas, na sede da entidade em Belo Horizonte. Em fevereiro, a Instituição já havia se reunido com representantes da Agência em Brasília para tratar do repasse da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Foram depositados 70% do montante total acumulado referente aos impactados por ferrovias, operações portuárias e dutovias. Vale ressaltar que os 30% a ser destinados aos municípios que possuem barragens de rejeitos e instalações de beneficiamento ainda não foram distribuídos, pois aguardam apuração de dados apresentados pelas empresas mineradoras. (Vide infográfico) O valor a ser distribuído é da ordem de R\$ 115,2 mi.

Para a consultora Tributária da entidade, Rosiane Seabra, o empenho em ações foram fundamentais para garantir ainda maior participação dos municípios envolvidos de forma indireta com a comercialização das substâncias ou produtos minerais. "A AMIG lutou para que todos os entes federados: união, estado e municípios, recebessem sua participação para possibilitar a criação do repasse aos municípios afetados, reforça.

Com a atuação da AMIG, os municípios produtores cederam 5% de suas arrecadações para criar o fundo de ompensação para os municípios não produtores; os estados cederam 8% e a União 2%, somando 15% do montante total.

O quadro ilustra esta ação da AMIG:

| | Antes | Cedeu | Atual |
|------------|-------|-------|-------|
| União | 12% | 2% | 10% |
| Estados | 23% | 8% | 15% |
| Municípios | 65% | 5% | 60% |
| Total | 100% | 15% | 85% |



Fique atento pois existem regras para a aplicação desse recurso. Associe-se a #AMIG e fique por dentro das informações.



Rosiane Seabra ressalta os esforços da AMIG nas conquistas para os municípios mineradores

VALE TUDO?

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) reacende o alerta sobre a evasão fiscal praticada por mineradoras. Os desfalques geram impacto direto no valor real do repasse da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para os municípios mineradores. O estudo do Instituto de Justiça Fiscal (IJF) aponta subfaturamento nas exportações de minério de ferro que produziram fuga de US\$ 39,1 bilhões entre 2009 e 2015, uma perda média de mais de US\$ 5,6 bilhões por ano.

De acordo com o IJF, as mineradoras usaram uma manobra comercial para deixar de pagar R\$ 23 bilhões em impostos nas exportações de minério de ferro. O Diretor de Assuntos Institucionais do IJF, Dão Real, "com o valor subfaturado declarado pelas mineradoras, o imposto é menor e, consequentemente, o repasse da CFEM é bem menor do que o valor real que os municípios mineradores deveriam receber. Em 2012, por exemplo, eles receberam R\$ 6,8 milhões referentes à CFEM, mas deixaram de receber R\$ 7 milhões. Uma perda muito grande," alerta o diretor.

Nova legislação da CFEM altera as regras para as exportações. Essa medida visa adequar os preços internacionais e evitar elisões fiscais no País. Assim, a lei 13.540/2017 estipula no art. 20 inciso III um preço parâmetro definido pela Secretaria da Receita Federal ou valor de referência pela ANM - Agência Nacional de Mineração.

Palestra Banco Goldman Sachs

A realidade e o futuro da mineração em Minas Gerais foram temas da discussão do presidente da AMIG, Vitor Penido, e do consultor de Relações Internacionais e Desenvolvimento Econômico, Waldir Salvador, para investidores do Banco Goldman Sachs, no mês de maio, em São Paulo. Grandes bancos de investimentos do país também estiveram presentes, como BTG Pactual, Itaú e Opportunity.

Os investidores ficaram entusiasmados em saber que existe um grande potencial minerário no estado a ser lavrado, mais de 21 bilhões de toneladas de minério de ferro. A AMIG apóia firmemente a continuidade do desenvolvimento da atividade de mineração e mostrou que os municípios também apóiam havendo uma mudança na forma de se fazer mineração. A Associação defende uma nova mineração brasileira com transparência, ética, com mais informação para as cidades, para a sociedade civil e para os governos dos Estados.



36° Congresso Mineiro de Municípios



A construção de um novo modelo de mineração e o diálogo ético e transparente com os gestores e a sociedade, além da garantia de repasses para a ANM, foram defendidos pela AMIG no 36° Congresso Mineiro de Municípios, promovido pela Associação Mineira de Municípios (AMM), em maio, no estádio Mineirão, em Belo Horizonte/MG. O presidente da AMIG, prefeito de Nova Lima/MG, Vitor Penido, e o consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Economico, Waldir Salvador, participaram do painel "Mineração: Os impactos dos desastres ambientais x Iniciativas para evitar tragédias."

"É preciso que o Governo Federal e o Congresso Nacional garantam os repasses legais e devidos à ANM para que garanta os recursos necessários para o cumprimento de suas missões.", cobra o consultor da AMIG.

XXII Marcha a Brasília

O trabalho de apoio aos municípios mineradores nas áreas tributária, ambiental e jurídica; além da defesa por um novo modelo de mineração, com uso de novas técnicas e tecnologias e o reforço na cobrança pela estruturação dos órgãos de regulação e fiscalização, foram destacados pelo consultor de Meio Ambiente da AMIG, Danilo Vieira Júnior, durante a XXII Marcha a Brasília em defesa dos municípios, em abril.

A Marcha foi coordenada pelo prefeito de Santarém/PA, Nélio Aguiar, presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará para proporcionar diálogo entre o governo federal e municípios. Os debates contaram com as presenças dos prefeitos de Mariana/MG, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior e de Congonhas/MG, José de Freitas Cordeiro.

Entre as decisões do evento estão o compartilhamento sobre o sucesso da Política Municipal de Segurança de Barragens, que está sendo implantada em Congonhas; além da decisão de que a Confederação Nacional de Municípios vai atuar junto com a Agência Nacional de Águas e municípios mineradores na criação de um observatório dos seus reservatórios.



Acordo para minimizar impactos fiscais

AMIG assinou um acordo com a Vale, em abril, por meio do qual a empresa fará aportes financeiros no valor total de R\$ 100 milhões, para apoiar as cidades onde operações da empresa foram paralisadas - que, portanto, deixam de arrecadar impostos - a manterem a oferta de serviços essenciais à população. Essas paralisações foram ocasionadas por liminares concedidas em Ações Civis Públicas (ACP) ou via autos de interdição. A Vale acertou com cada município os valores a serem repassados. A cada três meses os termos serão rediscutidos caso haja retorno das atividades produtivas. A medida vai atender municípios mineiros, entre eles Brumadinho, Barão de Cocais, Belo Vale, Congonhas, Itabirito, Mariana, Nova Lima, São Gonçalo do Rio Abaixo, Sarzedo e Itabira.

Conselho Estadual de Geologia e Mineração

A diretoria da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) e os prefeitos das cidades mineiras de Nova Lima, Congonhas, Brumadinho, Itabirito, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo estiveram reunidos com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e solicitou a reedição do Conselho Estadual de Geologia e Mineração, que funcionaria novamente como um órgão de assessoramento ao Estado nos assuntos relativos à mineração de forma a acompanhar, diligenciar e fomentar a atividade em Minas Gerais. Zema disse que irá analisar a proposta e mobilizar o governo para a criação de uma estratégia específica para cuidar desse assunto, sem afirmar se será formatado como um conselho ou uma secretaria extraordinária.



Diretoria reeleita na AMIG



A AMIG reelegeu a diretoria para mais um mandato de dois anos. A chapa eleita é formada pelo presidente, Vitor Penido de Barros, prefeito de Nova Lima, o vice-presidente, Ronaldo Lage Magalhães, prefeito de Itabira, o diretor financeiro, Antônio Carlos Noronha Bicalho - Prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo, o diretor administrativo, Leris Felisberto Braga - Prefeito de Santa Bárbara, o diretor de meio ambiente, José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição do Mato Dentro, os conselheiros fiscais, Marco Aurélio Rabelo Gomes prefeito de Pains, Neider Moreira de Faria - prefeito de Itaúna e Matarazo José da Silva - Prefeito de Itatiaiuçu, e os conselheiros fiscais suplentes Avimar de Melo Barcelos - Prefeito de Brumadinho e Olavo Remígio Condé - Prefeito de Paracatu.

Ao longo da última gestão foi realizado um trabalho árduo, que se somou aos esforços dos anos anteriores, para mudanças significativas na área mineral, como a alteração nos royalties do minério, que levou ao recorde histórico da arrecadação da CFEM, em 2018. De acordo com Vitor Penido, uma das principais metas da diretoria é a cobrança por mais fiscalização nas cidades mineradoras, estruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e a criação do Programa Permanente da Mineração.

"Por uma Nova Mineração"

Campanha da AMIG defende o futuro com uma mineração próspera e segura com ética e sustentabilidade

Uma nova mineração nacional, mais próspera, segura, ética e sustentável é o que a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) defende com a campanha "Por uma nova mineração". A necessidade de estimular o setor veio em virtude dos acontecimentos recentes envolvendo as questões minerárias no país.

A AMIG ressalta que esse é o momento decisivo para uma mobilização de todos os setores envolvidos ou impactados pela mineração. A sociedade, municípios, governo, mineradoras e instituições precisam estar juntos para traçar uma nova história no Brasil. O foco é deixar o discurso vazio de lado e investir na promoção do amplo debate, apontando soluções e evoluir para questões mais técnicas.

A ação, que já está acontecendo, está sendo veiculada em importantes emissoras de rádio mineiras e também em Brasília. "O país clama por mudanças e por uma nova mineração" é tema de um dos spots em rádio que ancora a campanha, porque retrata não apenas o anseio da população e das comunidades afetadas, mas a necessidade da mineração restaurar a credibilidade e buscar um padrão de excelência.

A Instituição alerta, há 20 anos, que a urgente necessidade de restruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM): é que a única solução para se ter uma nova mineração no Brasil é reforçando a ANM com recursos materiais, humanos e financeiros para que esta possa regular, fiscalizar e fomentar a atividade; isso é o que espera-se dessa campanha.

Waldir Salvador consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico, ressalta que a AMIG apoia e atua para que a mineração seja transparente, ética e próspera, gerando empregos, tributos e outros benefícios para os municípios e para todos. "Ao invés de ficarmos criminalizando acidente, ou falar do que pode vir a acontecer, o caminho é mudar a forma de se fazer mineração no Brasil".

Os primeiros reflexos da ação, juntamente com uma participação forte da equipe da AMIG e da diretoria com articulações e reuniões, já foram sentidos com o acordo feito com a Vale. Mas isso não basta! É preciso criar uma ambiência favorável a novos modelos e novos processos de minerar e gerir a atividade.





Siga as redes sociais da AMIG e compartilhe **#porumanovamineracao**

Site: amig.org.br e acesse também a Radio AMIG no site

Facebook:

AMIG-Associaçãodos Municípios de Minas Gerais

Instagram: **@amig_mg**

Twitter: MG_AMIG



A exaustão mineral mobiliza municípios e mineradoras na busca pela diversificação econômica; prefeituras incrementam e abrem o leque de atividades e empresas reestruturam seus negócios

Um dos principais pilares econômicos de Minas Gerais e do Brasil, a mineração, chama atenção para uma questão que passou a ser urgente: a exaustão dos recursos minerais. Diante do fim da extração mineral em Itabira, com data marcada para 2028, de acordo com a Vale, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) já atua para apoiar a diversificação e fortalecimento da economia local dos municípios mineradores na fase pós-mineração.

"Precisamos ampliar o debate sobre a diversificação econômica das cidades e isso é mais viável se for feito concomitantemente à época em que a mineração está operando em nosso território. É necessário direcionar os nossos esforços para que a economia local dos municípios mineradores tenha longevidade e esteja fortalecida na fase pós-mineração", reforça o presidente da AMIG, Vitor Penido.

O futuro da mineração e os novos rumos para os municípios mineradores, mineradoras e para a sociedade como um todo foram discutidos na Reunião Itinerante da AMIG, ocorrida no município de Itabira, no dia 27 de junho. A diversificação econômica da

cidade, cuja atividade minerária já entrou em fase de exaustão, foi um dos temas e tem relevância para todos, visto que os recursos minerais são finitos.

Minas Gerais e os números da mineração

29% de toda a produção mineral do Brasil; 50% de todo o ouro produzido no país; 53% da produção de minerais metálicos; 75% de todo o nióbio do mundo; 160 milhões de toneladas de minério de ferro por ano

Berço da Vale, Itabira/MG já trabalha por alternativas que diminuam o impacto do fim da exploração de minério de ferro pela mineradora. De acordo com o relatório 20F, destinado ao mercado internacional e publicado pela Vale em 2017, a previsão é que as minas Conceição 1 e 2 cheguem à exaustão em menos de dez anos.

"Estamos reinventando Itabira. Nossa prospecção para daqui a cinco anos é de uma cidade que já se desvincula do domínio de um único segmento, com avanços palpáveis em outros nichos. É nessa linha que realizamos nosso trabalho", enfatiza o prefeito Ronaldo Lage Magalhães.

Os principais tributos gerados no município são oriundos direta ou indiretamente da mineração: a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). Essas fontes de receita representam aproximadamente 65% do orçamento municipal. No último ano, Itabira arrecadou R\$ 502,9 milhões. A CFEM correspondeu a 23,4% e o ICMS, 17,8%.

O prefeito Ronaldo Lage Magalhães, salienta que grande parte da CFEM é que mantém serviços na saúde, principalmente na manutenção de hospitais e serviços relacionados à área. Aproximadamente 20% do que é arrecadado são destinados para o Fundo de Desenvolvimento de Itabira (Fundesi), utilizado no processo de diversificação econômica. Outros cerca de 30% destinamos para serviços diversos.

A exploração das minas de Itabira representa pouco mais de 9% da produção total da Vale. São aproximadamente 43 milhões de toneladas por ano. A mineradora informa que não pretende sair de Itabira, mas se reestrutura com novas tecnologias para diversificar o seu negócio. O projeto é que as usinas sejam usadas para beneficiar o minério de todo quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. A Vale tem hoje duas minas e três usinas de beneficiamento de minério de ferro. Veja abaixo a previsão de exaustão das minas mineiras, segundo a previsão da Vale.

| | Operando desde | Data de exaustão prevista¹ |
|-----------------|-------------------|----------------------------------|
| Sistema Sudeste | | |
| Itabira | 1957 | 2028 |
| Minas Centrais | 1994 | 2056 |
| Mariana | 1976 | 2105 |
| Sistema Sul | | |
| Minas Itabirito | 1942 | 2118 |
| Vargem Grande | 1993 | 2054 |
| Paraopeba | 2001 | 2034 |
| Sistema Norte | | |
| Serra Norte | 1984 | 2040 |
| Serra Sul | 2016 | 2046 |
| Serra Leste | 2014 | 2060 |

Relatório 20F da Vale sobre exaustão das minas no estado Indica a vida útil da mina operacional, com a data de exaustão mais longa prevista no complexo

LEQUE ABERTO PARA O CRESCIMENTO DIVERSIFICADO

A longevidade e o fortalecimento da economia local na fase pós-mineração, como defende a AMIG, já



avança pelos municípios mineradores de Minas Gerais. O leque de possibilidades se abre com trabalho e investimento na diversificação. Pólos empresariais, turísticos, agronegócio, comércio e educação, são exemplos vindos dos municípios mineiros de Nova Lima, Brumadinho, Belo Vale e Itabira.

As cidades estão se reinventando, como ressaltou o prefeito de Itabira, Ronaldo Lage Magalhães. "A Vale prevê para 2028 a exaustão das minas de Itabira. Sob essa perspectiva, fomos às cidades chinesas Pequim e Changsha para tratar de possíveis investimentos na Universidade Federal de Itajubá (Unifei), no Parque Científico Tecnológico e no aeroporto de cargas, todos com projetos básicos já elaborados e enviados à China. O objetivo principal é criar condições para buscar esses recursos extremamente necessários para nossa diversificação econômica", planeja o prefeito.

Itabira também já se firma como o pólo universitário do Médio Piracicaba com centros universitários relevantes. Em 2018 chegaram à cidade o Centro Universitário Una e a Rede Pitágoras. Além de grandes empreendimentos do ramo varejista que estão se instalando no município.

"Ampliamos a parceria com o segmento privado para a concessão de terrenos nos distritos industriais e executamos projetos de obras e outras intervenções que tornam Itabira um território mais promissor a empreendimentos", conclui o prefeito Ronaldo Lage Magalhães.

Empresários de Itabira também já trabalham na diversificação em suas áreas desenvolvendo metas rumo ao futuro sem a extração mineral. Uma das apostas é o incentivo ao agronegócio, já que 94% do território de Itabira está na zona rural. Já há incentivo para a produção de leite, de mel, de eucalipto e de banana.

Em Belo Vale/MG, o futuro está focado em investimentos no agronegócio. O prefeito José Lapa dos Santos trabalha para diversificar a base econômica. "A cidade é grande produtora de mexerica ponkam, e o município está investido muito na malha viária

para o escoamento da produção. Estamos fomentando uma atividade que não está adstrita a exploração minerária, diversificando a base econômica de Belo Vale", conclui o prefeito.

Brumadinho se apóia com afinco no planejamento e diversificação para garantir suas fontes econômicas. O município, neste momento, tenta superar os reflexos do rompimento da barragem de Córrego Feijão investindo na herança histórica, no turismo e no fortalecimento como pólo industrial.

"O município que vive de mineração tem que diversificar as suas fontes de economia. Hoje Brumadinho trabalha para ter um distrito industrial e trazendo empresas de outros setores para aumentar a geração de empregos, renda e tributos", enfatiza o prefeito da cidade, Avimar de Melo Barcelos. "Além disso, estamos trabalhando para fomentar o turismo, afinal, Brumadinho tem trilhas, cachoeiras, fazendas, pousadas, o museu Inhotim, que atrai público de todo mundo, além da riqueza cultural e histórica", completa Avimar.

Nova Lima é um exemplo de sucesso em investimentos na diversificação econômica. O município chama atenção por abrigar grandes condomínios, pelo grande número de empresas de diversos setores instaladas na região nos últimos anos, pela criação de oportunidades no setor de serviços e atendimentos e também pela aplicação de recursos em educação.

"Queremos trazer para o município um curso de medicina e para isso estamos estreitando relacionamento com Universidade Católica; e também queremos ampliar a qualificação, em parceria com a FIEMG, trazendo cursos técnicos", explica o presidente da AMIG e prefeito de Nova Lima, Vitor Penido.

O município continua investindo, e Nova Lima tem o projeto Zona Limpa de Desenvolvimento (ZLD) em que a cidade é dividida em diferentes pólos de atuação: Inovação e negócios digitais, economia criativa, biomedicina, biotecnologia e atividades mistas. Nova Lima já não é mais dependente exclusivamente da mineração, da população de cerca de 88 mil habitantes, 5 mil pessoas são empregadas do setor, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A AMIG trabalha em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para fomentar programas de diversificação econômica para as cidades mineradoras.

Com o Programa de Diversificação Econômica o foco é avançar nas discussões em relação à importância das prefeituras investirem para atrair empresas de segmentos diferentes da mineração e que sejam capazes de gerar emprego e renda nos municípios. Muitas jazidas do estado não estão longe da sua escassez e o setor emprega um significativo percentual da população das cidades mineradoras.

A parceria com a CODEMIG e o BDMG possibilita a criação de alternativas econômicas para o desenvolvimento regional. Os municípios também recebem incentivos para criação de leis de fomento a diversificação econômica a fim de fortalecer a administração local, as entidades apóiam o planejamento e incentivo a expansão sustentável urbanística das cidades.





UMA NOVA MINERAÇÃO – Desafios e caminhos para uma relação ética entre todos

Enfrentar os desafios e trilhar um novo caminho, com ética entre todos, são as metas para a mineração do futuro.

O desenvolvimento econômico, urbano e socioambiental em equilíbrio com uma mineração ética e responsável são objetivos da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) com a promoção do III Encontro Nacional dos Municípios Mineradores. O encontro, que tem como tema "Uma Nova Mineração – Desafios e caminhos para uma relação ética entre todos", acontece nos dias 26 e 27 de agosto, no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O papel dos municípios na discussão sobre os desafios e oportunidades de uma nova mineração é fundamental, visto que as atividades minerárias influem diretamente nas cidades. Diante dos desafios e novos caminhos, a relação ética entre municípios, empresas mineradoras, governos estadual e federal, devem prevalecer para que as atividades sejam prósperas para todos.

Nos últimos anos fatos marcantes no setor da atividade minerária provocaram transformações entre as cidades e a mineração; como a criação da Agência Nacional de Mineração, mudanças na regulação e leis no setor minerário, interferências drásticas no meio ambiente e maior envolvimento político com as questões da mineração.

Os debates vão tratar dos desafios e oportunidades para a Nova Mineração Brasileira e o papel dos municípios no processo, além do papel direto dos municípios na regulação e funcionamento da mineração e seus impactos na sociedade; serão debatidos ainda o Sistema Nacional de Segurança de Barragens; o papel das empresas mineradoras na nova mineração brasileira; avanços e desafios da ANM na regulação e fiscalização da atividade minerária; aplicação correta da CFEM nas diversas visões e as necessidades e oportunidades da diversificação econômica com a Nova Mineração.

O III Encontro Nacional dos Municípios Mineradores é uma iniciativa da AMIG para unir prefeitos dos municípios mineradores e afetados pela atividade de todo o Brasil, gestores de desenvolvimento econômico, meio ambiente, fazenda, órgãos dos governos estaduais e do governo federal, além de representantes de entidades da sociedade civil e do segmento da mineração.

Lute por uma nova mineração para seu município; participe do III Encontro Nacional dos Municípios Mineradores.

Mais informações no site da AMIG: amig.org.br

Diálogo e conquistas

AMIG amplia relacionamento e diálogos diretamente com a Vale para garantir direitos e benefícios aos municípios mineradores



Os municípios mineradores têm conquistado importantes vitórias junto à Vale desde a implantação, pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), do Programa Permanente de Relações Institucionais. O fortalecimento do diálogo com a mineradora tem gerado benefícios, e marcado uma aproximação mais ética e transparente com os municípios.

Nos últimos meses, o estreitamento do relacionamento entre os municípios mineradores com a Vale tem possibilitado diálogos mais próximos para tratar dos mais diversos assuntos, em reuniões mensais, para manter a continuidade das negociações e reivindicações das prefeituras.

O presidente da AMIG e prefeito de Nova Lima, Vitor Penido, destacou que todos os municípios sabem da importância que a mineração possui e que o diálogo com as prefeituras é fundamental. "Estamos aqui para somar na defesa da atividade minerária e também pela economia das cidades, mas nos manteremos firmes na cobrança por uma mineração segura e com transparência".

O consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico da AMIG, Waldir Salvador, destaca que encontros como esse são uma sequência natural, e que a entidade quer ampliar o relacionamento também com outras empresas mineradoras do estado, além da Vale, com um programa de diálogo transparente para conhecimento de demandas das mineradoras e dos municípios.

Ainda de acordo com o consultor Waldir Salvador, no caso da Vale, devido ao rompimento da barragem

em Brumadinho, e aos reflexos nas mais diversas operações da empresa no estado, pelo menos 10 municípios mineradores estão muito prejudicados.

No mês de fevereiro, a reunião com a Vale foi fundamental para que a empresa entendesse a necessidade do relacionamento aberto com os municípios mineradores. Na ocasião, a AMIG cobrou da mineradora que não colocasse os municípios em segundo plano, e que todos recebessem os repasses de informações das atividades e produção para as cidades.

A AMIG cobrou da empresa um plano de transição de forma que os municípios possam seguir se preparando diante da situação. O plano contemplaria quais são as mudanças, como elas serão efetuadas, como os municípios devem proceder, quais seriam as questões de empregabilidade, o recolhimento da CFEM, entre outras questões.

Já em março, o diretor-executivo da Vale, Luiz Eduardo Osório, anunciou apoio econômico temporário da empresa para as cidades mineradoras e também declarou plano para requalificar empregados e evitar demissões. Segundo ele, a avaliação sobre a doação é de forma individual, com cada uma das prefeituras. A reavaliação e aprovação do apoio serão feitas a cada três meses.

O compromisso foi firmado em reunião na Vale, quando a diretoria da mineradora recebeu os representantes da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) e os prefeitos de Nova Lima, Itabirito, Congonhas, Mariana, Itabira, São Gonçalo do Rio Abaixo, Belo Vale, Barão de Cocais, Sarzedo e Brumadinho.

Em abril, a AMIG conseguiu acordo com a Vale, por meio do qual a mineradora fará aportes financeiros no valor total de R\$ 100 milhões, para apoiar as cidades onde operações da empresa foram paralisadas a manterem a oferta de serviços essenciais à população, visto que, com a suspensão da atividade, os municípios não tem arrecadação de impostos. Essas paralisações foram ocasionadas por liminares concedidas em Ações Civis Públicas (ACP) ou via autos de interdição.

A medida vai atender 10 municípios: Barão de Cocais, Belo Vale, Congonhas, Itabirito, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, Rio Acima, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo. Os termos serão rediscutidos caso

Os municípios podem ajudar muito dentro de uma relação, desde que a mineradora seja absolutamente clara e aberta 99

Waldir Salvador



haja retorno das atividades produtivas. A Vale já tem também acordo de repasse de recursos semelhante com o município de Brumadinho; cidade afetada pela paralisação das atividades da mina Córrego do Feijão, após o rompimento da barragem B1.

"Temos profunda consciência da importância da mineração para o Estado. É a base da economia de muitas localidades. Esses acordos são uma forma de reconhecer os impactos financeiros decorrentes das paralisações de nossas unidades, e minimizar problemas de acesso pela população a serviços importantes fornecidos pelos poderes públicos", explica o diretor-executivo de Relações Institucionais da Vale, Luiz Eduardo Osório.



No mês de maio, um dos pontos positivos do encontro entre a diretoria da AMIG, municípios e Vale, foi o anúncio da manutenção dos empregos por 12 meses, o que impacta positivamente a economia das cidades afetadas pela diminuição da produção. A medida foi celebrada pelos prefeitos das cidades mineradoras de Barão de Cocais, Itabira, Itabirito, Sarzedo, Mariana, Belo Vale, Nova Lima, São Gonçalo do Rio Abaixo, Congonhas e Brumadinho, que tem atividade da Vale em seus territórios.

A situação atual das barragens e o andamento do licenciamento ambiental para novos empreendimentos foram tema de outra reunião, em maio, entre a Vale e prefeitos dos municípios mineradores, na sede da AMIG. O gerente de licenciamento ambiental da mineradora, Rodrigo Dutra, informou que empresas estrangeiras estão trabalhando em auditorias nas barragens e a interlocução será direta com o Ministério Público de Minas.

O consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico da AMIG, Waldir Salvador cobrou relatórios mais aprofundados sobre a situação e defendeu que a Vale busque uma relação mais estreita com os municípios, para que as questões e particularidades relacionadas a cada um sejam tratadas com mais detalhes e cuidados. "É preciso sentar com cada cidade e discutir o passo a passo de cada medida a ser tomada. Os municípios podem ajudar muito dentro de uma relação desde que a mineradora seja absolutamente clara e aberta", ressalta o consultor. O gerente de licenciamento ambiental da Vale, Rodrigo Dutra, disse que será feito contato direto com as prefeituras para acertar as questões.

A reunião de junho da AMIG com a Vale resultou em importantes conquistas para os municípios mineradores. O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, garantiu que não existe a menor hipótese da empresa fazer um plano de desinvestimento ou diminuição da produção em Minas Gerais. Bartolomeo ressaltou que o minério de ferro do estado é essencial para o cumprimento da Vale dos compromissos no mercado internacional de minério.

O presidente garantiu ainda que a empresa vai promover o descomissionamento e desbloqueios técnicos e judiciais das atividades em Minas, com ações e medidas que garantam total e absoluta segurança para as operações, com objetivo de voltar a opera-las normalmente, como era em Brumadinho, antes do acidente do inicio do ano.

A Vale também vai continuar fazendo a doação trimestral de R\$ 100 milhões para as cidades que sofrem com a perda de arrecadação da CFEM. O aporte será para cobrir os meses de agosto, setembro e outubro deste ano. A distribuição para os municípios prejudicados é proporcional à arrecadação prevista da CFEM de cada cidade, que sofre perdas financeiras com o descomissionamento das barragens.

Além dos prefeitos, diretoria da AMIG, e o presidente da empresa, a reunião na Vale, em Nova Lima, contou ainda com a presença dos diretores de Relações Institucionais, Luiz Eduardo Osório e do diretor de Relações Institucionais Sudeste da Vale, Sérgio Leite.



Municípios associados à AMIG recebem atenção e serviços que garantem desenvolvimento de qualidade, com respeito, ética e sustentabilidade

A AMIG luta pela defesa dos interesses dos municípios na promoção do desenvolvimento ético e sustentável, com a geração de investimentos para a melhoria da qualidade de vida, especialmente para os cidadãos. A entidade foca nas conquistas dos interesses municipais ofertando serviços de apoio técnico nas áreas jurídica, tributação, arrecadação e meio ambiente, entre outras atividades.

"E, além de tudo isso, a AMIG nos ajuda a defender a mineração como uma atividade indutora do desenvolvimento sustentável dos municípios mineradores, principalmente em virtude do caráter finito das nossas reservas minerais", salienta o prefeito de Mariana/MG, Duarte Eustáquio Gonçalves Junior.

Para o prefeito de Itabira/MG, Ronaldo Lage Magalhães, os municípios vem passando por muitas dificuldades financeiras e o apoio e trabalho da AMIG são extremamente importantes para ajudar na busca por alternativas de incremento de arrecadação e conquista dos direitos.

"A AMIG defende há muito tempo os interesses dos municípios mineradores com eficácia, fazendo com que as mineradoras reconheçam dívidas com as cidades, o que ajuda no incremento da arrecadação. Junto à ANM e Ministério de Minas e Energia, a entidade luta com afinco pelo repasse justo das alíquotas dos minérios para as cidades mineradoras de Minas Gerais e do Brasil", enfatiza e comemora Zelinho, prefeito de Congonhas/MG.

Para Marco Aurélio, prefeito de Pains/MG, "ser associado à AMIG é essencial para todos os municípios mineradores, especialmente para aqueles que dependem fortemente da atividade de mineração, como é o caso de Pains e da grande maioria das cidades mineradoras. A AMIG dá suporte e força para os prefeitos garantirem mais benefícios para a população", atesta o prefeito.

Entre no site da AMIG e veja como afiliar-se: **amig.org.br**

Leve a AMIG sempre junto com você.

